

LÉLIA GONZALEZ E A RELAÇÃO ENTRE FEMINISMO E MARXISMO NA “AMÉFRICA”

[DOSSIÊ]

Cristiane Luiza Sabino de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este ensaio tem por objetivo refletir sobre a interlocução entre feminismo e marxismo na “América” à luz das contribuições teóricas e políticas de Lélia Gonzalez. Tem como pressuposto a relação dialética e indissociável entre sexo, raça e classe e suas múltiplas articulações na dinâmica concreta da sociedade forjada pelo escravismo colonial e seguidamente submetida ao capitalismo dependente. Para tanto, coloca em interlocução categorias analíticas fundamentais para a elaboração teórica proposta: superexploração, racismo, sexismo e reprodução social, entendendo-as como expressão das contradições que sustentam a acumulação do capital. Conclui-se que Gonzalez nos convoca a uma análise dialética que seja capaz de evidenciar as conexões dinâmicas e complexas do racismo, do sexismo e da luta de classes com a produção e reprodução da vida social e, em vista disso, construirmos caminhos para a emancipação humana.

Palavras-chave: Lélia Gonzalez. Feminismo. Marxismo. Racismo. Sexismo.

This essay aims to reflect on the dialogue between feminism and Marxism in “América” in the light of Lélia Gonzalez’s theoretical and political contributions. It presupposes the dialectical and inseparable relationship between gender, race, and class and their multiple articulations in the concrete dynamics of a society forged by colonial slavery and then subjected to dependent capitalism. For this, it dialogues with the analytical categories that are fundamental to the proposed theoretical elaboration: super-exploitation, racism, sexism, and social reproduction, understanding them as expressions of the contradictions that sustain the accumulation of capital. In conclusion, Gonzalez calls us to a dialectical analysis that can highlight the dynamic and complex connections between racism, sexism, and class struggle and the production and reproduction of social life so we can build paths toward human emancipation.

Keywords: Lélia Gonzalez. Feminism. Marxism. Racism. Sexism.

Este ensayo pretende reflexionar sobre el diálogo entre feminismo y marxismo en la “América” a la luz de los aportes teóricos y políticos de Lélia González. Su premisa es la relación dialéctica e inseparable entre sexo, raza y clase y sus múltiples articulaciones en la dinámica concreta de una sociedad forjada por la esclavitud colonial y luego sometida al capitalismo dependiente. Para ello, pone en diálogo las categorías analíticas fundamentales para la elaboración teórica propuesta: superexplotación, racismo, sexismo y reproducción social, entendiéndolas como expresiones de las contradicciones que sustentan la acumulación de capital. En conclusión, González nos convoca a un análisis dialéctico capaz de evidenciar las conexiones dinámicas y complejas entre el racismo, el sexismo y la lucha de clases con la producción y reproducción de la vida social y, en consecuencia, construir caminos hacia la emancipación humana.

Palabras clave: Lélia González. Feminismo. Marxismo. Racismo. Sexismo.

Introdução

A interlocução entre feminismo e marxismo é bastante debatida e as elaborações e sínteses sobre esse tema são tão distintas quanto divergentes¹. Esta exposição objetiva trazer elementos para pensarmos essa interlocução considerando, em particular, as contribuições do feminismo negro de Lélia Gonzalez para a ampliação do diálogo necessário entre feminismo e marxismo. Entendemos a necessidade da permanente construção de uma teoria social baseada no materialismo histórico-dialético e que seja organicamente feminista e antirracista, uma vez que a exigência da realidade é de atuarmos para o desenvolvimento de uma teoria capaz de explicitar a complexidade da realidade social na sua totalidade, com suas múltiplas e complexas dimensões.

Portanto, apresentamos um exercício de pensar a relação dialética entre classe,

raça e sexo, realizado desde a América Latina e em vista das suas particularidades. Exercício que se assenta, pois, na compreensão da experiência histórica forjada pela exploração e pela violência; mas que, dialeticamente, tornou-se “uma explosão criadora” de algo novo, singular, como indicava Lélia Gonzalez (2020). Uma realidade que, seguindo as perspectivas da autora, vai além do fenômeno da chamada Diáspora Africana, e que é, em si mesma, a expressão particular e em movimento das mudanças forjadas no mundo desde 1492, pela invasão e violência coloniais nas Américas. Diz ela: “Partindo de uma perspectiva histórica e cultural, é importante reconhecer que a experiência amefricana se diferenciou daquela dos africanos que permaneceram em seu próprio continente” (Gonzalez, 2020, p. 136).

Assim, entendemos que, nessa perspectiva, considerar a gênese histórica das contradições que se apresentam, no nosso tempo, como problemas a serem superados, leva também às suas raízes fincadas na dependência econômica e na subordinação à dinâmica global do capital imperialista. Subordinação que recria, transforma e renova os mecanismos colonialistas de dominação, assim como estabelece tantos outros mecanismos de hierarquização e opressão, fundamentais à existência do capital como relação social. Isso posto, demarcamos como categorias de análise essenciais para a elaboração teórica proposta: superexploração, racismo, sexismo e reprodução social (Souza, 2020; 2023).

Ao ter como objetivo abrir uma interlocução com o pensamento de Lélia Gonzalez, a partir dos elementos elencados, a orientação deste exercício vem em duas perguntas-chave que se movem dialeticamente:

1 Como referência destas elaborações distintas, podemos citar duas elaborações proeminentes: a de Heidi Hartmann (1979), que funda a chamada teoria dualista e entende patriarcado e capitalismo como sistemas distintos e autônomos. Portanto, para essa perspectiva, a teoria marxista que explica o capitalismo e propõe um programa político para a sua superação seria insuficiente para explicar e orientar a superação da dominação patriarcal. Cinzia Arruzza (2015) analisa a relação entre marxismo e feminismo numa outra ótica, buscando entender suas aproximações ou distanciamentos a partir das próprias contradições sócio-históricas e propondo a sua união como uma potência teórica e política, estando mais associada à teoria unitária de Lise Vogel (2022). Arruzza aponta a necessidade de uma teoria que “se volte ao desafio de entender como a dinâmica da acumulação de capital historicamente produziu e continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas como um pressuposto de sua existência, sem expressar estes mecanismos em termos estritamente econômicos ou automáticos/funcionalistas”.

como os feminismos negros, em particular a proposição de um feminismo afro-latino-americano de Lélia Gonzalez, contribuem para o desenvolvimento e o avanço do marxismo? Como o marxismo pode impulsionar uma teoria feminista que caminhe num sentido de unidade para o fomento à luta radical contra as estruturas de exploração e dominação em suas múltiplas dimensões e manifestações globais? Não temos dúvidas do quanto o legado de Lélia Gonzalez pode nos orientar nessa busca.

Lélia Gonzalez e o feminismo afro-latino-americano

Quem foi Lélia Gonzalez?

Lélia Gonzalez nasceu em 1º de fevereiro de 1935, filha de uma família operária de Minas Gerais no Brasil; a penúltima de dezoito irmãos. Ainda adolescente, em 1942, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde um dos irmãos trabalhava como jogador de futebol. No Rio de Janeiro, foi colocada para trabalhar como babá, destino de grande parte das meninas e mulheres negras sob a divisão sociosexual e racial do trabalho no Brasil (situação que a instiga nas suas análises anos depois).

A posição social do irmão e seu interesse pelos estudos a possibilita ingressar em um dos mais apreciados colégios do Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, depois na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), onde graduou-se em história e geografia, depois filosofia. Tornou-se professora da rede pública e fez mestrado

em comunicação e em antropologia. Foi professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e fez doutorado em antropologia política na Universidade de São Paulo (USP). Teve uma ampla trajetória acadêmica, a partir da qual se aproximou do marxismo, da psicanálise, do pan-africanismo, e traçou elaborações que muitos dos que estudam a sua obra caracterizam como gênese da epistemologia decolonial formulada no final dos anos de 1990 (Ratts; Rios, 2010; Rios; Lima, 2020).

Gonzalez tem também uma vasta trajetória como militante dos movimentos negros no Brasil. Sempre esteve muito ativa nos diversos movimentos de mulheres, em especial das mulheres organizadas nos bairros e favelas. Também foi tradutora de textos na língua francesa, acessou uma vasta bibliografia, então inédita no Brasil, viajou por muitos países, inclusive do continente Africano, travou contato com lideranças negras estadunidenses e latino-americanas.

Tendo vivido e se formado politicamente num contexto de Ditadura Civil Militar no Brasil (1964 a 1986), a luta pela redemocratização e contra o autoritarismo moldou a militância política de Lélia. Atuou na construção do Movimento Negro Unificado (1978)², junto a um amplo grupo de homens e mulheres negras que

2 O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundado no dia 18 de junho de 1978 e lançado publicamente no dia 7 de julho desse mesmo ano, em evento nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país e teve a participação, entre outros, de Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento. Para mais informações, acessar: <https://mnu.org.br/mnu/>.

denunciaram o racismo e o mito da democracia racial no Brasil. Num cenário de censura, perseguições, prisões, exílios e assassinatos de intelectuais e militantes, sob a ideologia anticomunista da Ditadura, Gonzalez teve as suas atividades monitoradas pelas instituições militares, sobretudo as suas interações com grupos formados por estudantes que liam de maneira clandestina as obras ou manuais marxistas que chegavam ao país (Barreto, 2005; Ratts; Rios, 2010).

Na década de 1980, Gonzalez atuou como assessora parlamentar constituinte e teve papel importante no destaque da questão racial nos debates travados para a elaboração do texto da Constituição Democrática de 1988 do Brasil, confrontando as tendências de expressiva parte dos representantes políticos ali presentes de reproduzirem o mito da democracia racial.

Lélia Gonzalez teve uma vida muito interessante, com experiências diversas, que não cabem ser esmiuçadas nesta exposição, que pode ser mais bem estudada na sua biografia (Ratts; Rios, 2010) e na sua própria obra. A escolha aqui é por ressaltar que na sua obra transparece, como substância e guia, a análise e desmistificação de toda a sua trajetória, que reconhece como a trajetória comum das mulheres “amefricanas” e ameríndias. Como uma mulher negra, filha da classe trabalhadora, de origem mestiça (pai negro e mãe indígena), que sofreu diretamente as violências da exploração e da opressão de raça e sexo, forjou-se como ativa combatente dessas mesmas violências, teórica e politicamente.

Lélia faleceu em 10 de julho de 1994 e nos deixou um legado enorme de proposições teóricas que contribuem para entender

o Brasil, na sua unidade latino-americana e nos auxiliam a pensar a dinâmica do capital do ponto de vista daquelas que são mais profundamente submetidas aos mecanismos de exploração e dominação impostos por essa sociabilidade. Lélia nos ensina que, ao olharmos a situação das mulheres negras e indígenas, sob as determinações históricas de raça, sexo e classe, podemos desvendar não apenas sua singularidade, mas encontrar mediações para explicitar a totalidade das relações contraditórias e seus níveis de complexidade. Ademais, sua militância ativa frente aos problemas do seu tempo é uma grande inspiração para seguirmos com a sua/nossa luta.

Lélia Gonzalez: uma intelectual latino-americana no debate sobre a particularidade do racismo

Gonzalez se forma e elabora teoricamente no contexto das décadas de 1960-1980, no qual tanto o debate sobre o caráter particular do desenvolvimento capitalista na América Latina em alta, com as teorias da dependência, quanto o debate sobre o caráter do racismo no Brasil e as opressões sexuais estavam efervescentes. A autora contribuiu para todos esses debates e é por isso que destacamos que Lélia deve ser reconhecida como parte do pensamento social crítico latino-americano, do qual fazem parte autores marxistas ou não. Nisso, expressa o pensamento social negro latino-americano, que se debruçou para entender as particularidades desse território, tomando o racismo como um elemento de análise fundamental.

Outro ponto que a coloca nessa tradição é o fato de que, na contratendência de muitos intelectuais brasileiros, que

seguem de costas para a América Latina, Lélia reforça o caráter latino-americano do Brasil. Foi uma autora latino-americanista que tinha por princípio teórico e político a crítica ao imperialismo e a reivindicação da América Latina como uma sociedade única.

Seus esforços foram para explicitar a existência do racismo no Brasil, ainda fortemente negado pelo mito da democracia racial, como ele opera nas relações sociais e as suas manifestações particulares. O racismo no Brasil é, na sua concepção, um **racismo por denegação**, cujas raízes remontam das características da colonização ibérica nesse território e difere das suas manifestações em outros países racistas, como os Estados Unidos ou a África do Sul, nos quais se manifesta de forma aberta. De acordo com Gonzalez, a ideia de raças humanas distintas já fazia parte das relações sociais ibéricas (Portugal e Espanha) e, com a colonização das Américas, é potencializada como uma ideologia de dominação para justificar a barbaridade contra indígenas e contra os africanos traficados como escravizados na sociedade escravista-colonial imposta nesse território.

No aprofundamento das suas análises sobre o caráter particular do racismo nos países de colonização ibérica, do mito da democracia racial e das dimensões do sexismo nas relações sociais, Lélia aproximou-se também da psicanálise. Utiliza-se então de conceitos como o de **denegação** para explicar o processo social de **negação** do negro e do indígena na cultura brasileira, que ao mesmo tempo os deseja e os reconhece, portanto, os afirma. Nesse sentido, denegação é, para Gonzalez, uma característica própria do racismo nas sociedades de colonização ibérica, expressa um processo

de negação e defesa em relação àquilo que de fato é constitutivo dessa cultura.

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de "limpar o sangue", como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 2020, p. 119).

Gonzalez dialoga com autores que manejam criticamente as contribuições teóricas do campo da psicanálise e do marxismo, como Frantz Fanon, e aponta que o racismo na América Latina expressa uma **neurose cultural**. As naturalizadas construções sociais sobre o negro, em geral, e sobre a mulher negra, em particular, ao mesmo tempo que negam a existência do racismo, dizem sobre o que **é** o negro e qual o **seu** lugar na sociedade. Para explicar essa dinâmica, aponta como o negro sempre fora falado e determinado pelo outro, o autodenominado branco. Vários são os estudos de brancos dizendo sobre os negros, alguns até denunciando o racismo, mas eivados pelo ato de falar pelo negro, de constituí-lo no **outro**, de infantilizá-lo (*infans*, de Lacan) e de silenciá-lo de toda maneira.

Ao considerar essa dinâmica de dominação, Gonzalez critica a teoria social brasileira por incorporar raça e gênero numa perspectiva economicista, com a conclusão de que as opressões de raça e gênero são meros subprodutos das relações de classe. Aponta como para essa teoria social, a mulher negra é vista no lugar da alienação, como amortecedora de conflitos ou vítima da sociedade colonial. Nisso também critica um suposto economicismo de alguns autores marxistas, como Clovis Moura e Hamilton Cardoso, argumentando sobre os limites da perspectiva teórica que entende a primazia da luta de classes, tal qual formulada hegemonicamente pelo marxismo, frente aos desafios da superação do racismo. Para Gonzalez, a redução dos aspectos da alienação racial à consciência de classe e à suposição de que poderia ser modificada por meio dos processos políticos que impulsionem o reconhecimento da realidade – sobretudo pela consciência da luta de classes – não possibilitam chegar ao cerne do racismo. Para a autora, é necessário entender o racismo também na conformação do **inconsciente social**.

O fato é que, enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência... (Gonzalez, 2020, p. 69).

Cristalizadas pela cultura dominante como a **mãe preta, a mulata ou a doméstica**, as mulheres negras são, para Gonzalez, contraditoriamente à essa lógica, uma força social vital e exercem um papel fundamental na formação social brasileira. Embora negadas e invisibilizadas pelo racismo, são aquelas que detêm a memória, que rompem a linguagem dominante e têm no cotidiano uma potência subversiva, por meio da cultura, da linguagem, da história oral, do samba, da arte.

Potência subversiva que se materializa por meio da sua atuação em diferentes espaços, como a casa dos patrões – onde adentram como babás, empregadas domésticas etc. – nas suas comunidades, famílias e outros lugares, como terreiros e escolas de samba. Foram elas quem inseriram na casa grande a linguagem africana, a cultura africana, que transmitem aos filhos dos senhores brancos, aquilo que se sintetiza como cultura nacional, brasilidade. Nisso se expressa na construção de um “pretuguês” no Brasil, que existe como substância da língua desenvolvida nesse território, ao revés das determinações oficiais (Gonzalez, 2020).

Em síntese, Lélia Gonzalez buscou explicar a especificidade do racismo no Brasil e na América Latina, que tem distinções das manifestações do racismo nos Estados Unidos, embora ambos se estruturam num processo comum. O racismo nesses trópicos coloca para ameríndios e “amefricanos”, como ela denominou, outros e complexos desafios. Aqui, devendo ter o mesmo horizonte anticapitalista, a luta passa por reconhecer tanto a existência e as características do racismo, quanto por reconhecer o dinamismo das relações de dominação imperialistas sobre a América

Latina e suas consequências para os sujeitos históricos rebaixados pelo processo de hierarquização racial e sexual. Para Lélia, o racismo na América Latina tem especificidade na sua negação, que ao mesmo tempo possibilita que ele seja internalizado e reproduzido pela sociedade como um todo. Assim, atuando como um regulador das relações sociais diante da dependência e da dominação imperialista que denotam a dinâmica dessas relações.

A perspicácia da análise de Lélia Gonzalez diante da dinâmica da realidade e suas contribuições para o feminismo

No Brasil, Lélia Gonzalez é a precursora da análise que articula classe, raça e sexo e o faz numa perspectiva muito mais ampla e vinculada à luta anticolonialista do que muitas das suas sucessoras. Gonzalez, assim como Angela Davis, trabalhava com a proposição da análise das mútuas estruturas de exploração e dominação antes mesmo que essa metodologia de análise fosse sintetizada no conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw (1989)³. Para Gonzalez e Davis, classe, raça e sexo expressam dimensões distintas e inseparáveis da exploração e dominação na sociedade capitalista. Com isso, suas elaborações, sem dúvidas, enriquecem tanto o feminismo quanto

o marxismo, mas, sobretudo, contribuem para alargar a análise da totalidade social⁴.

Foi no contexto dos anos 1970 que Lélia amadureceu suas experiências profissionais, como professora e militante. Esse é um contexto no qual a chamada segunda onda do feminismo⁵ ganha proeminência no Brasil, como um novo feminismo que avança nas elaborações sobre as opressões e a desigualdade e na luta pelos direitos das mulheres; mas que, embora seja bastante diverso do ponto de vista teórico, predominam análises que apartam classe e gênero/sexo, concebendo-os como sistemas distintos de dominação, os quais não podem ser explicados pelo mesmo método e teoria desenvolvidos pelas feministas socialistas com base no marxismo, como expressa Millet (1970). Assim, muitos dos debates das décadas de

4 Nesta exposição, centraremos nossas interlocuções com a obra de Gonzalez, mas é relevante destacar o quanto, pelo menos no Brasil, busca-se colocar em diálogo as suas elaborações com as proposições de Davis, compreendendo como juntas são potentes contribuições para desvendar as relações de classe, raça e sexo na sua complexidade. Lélia Gonzalez e Angela Davis são contemporâneas, leram uma à outra, estiveram juntas em eventos e têm formulações que tanto se aproximam, sobretudo em sua base marxista, quanto se diferenciam – em relação às respostas que cada uma buscou para os problemas específicos das suas realidades concretas e aos campos teóricos com as quais buscaram elementos explicativos a estes, como salienta Barreto (2005). Angela Davis, nos Estados Unidos, numa formulação que explicita os limites do capitalismo para a resolução dos problemas da população negra, evidencia o quanto a sua inclusão numa sociedade que se sustenta na desigualdade racial, de classe e de sexo, não pode ser plena, concluindo que deve ser a ruptura com o capitalismo o horizonte das lutas negras.

5 Há uma diversidade de propostas e contribuições teóricas que compõem o marco da chamada “segunda onda feminista”, que nem de longe foi homogênea. Para um balanço crítico, sugerimos o artigo de Clare Hemmings (2009).

3 Conceituação presente no documento apresentado para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, em 1989, denominado: “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”.

1960 e 1970, na emergência da chamada "segunda onda feminista", afastaram-se do marxismo ao apresentar o argumento de que o patriarcado e as opressões sempre existiram, que são anteriores ao capitalismo, numa perspectiva que se aproxima de uma naturalização do patriarcado, sem revelar sua complexidade no processo histórico e suas particularidades sob o modo de produção capitalista.

As elaborações de Gonzalez contestam veementemente essa perspectiva dualista, entendendo que é equivocada, e identificam como a sua introdução nos movimentos de mulheres negras resulta num processo de maior desconhecimento da realidade e na reprodução de um feminismo eurocêntrico, que, no fim das contas, reproduz a mesma lógica hierárquica e racista.

Vale notar que esse tipo de afirmação caracteriza toda uma tradição ideológica não só profundamente deformadora, bem como extremamente dicotômica: a do macho opressor versus a fêmea oprimida. A dialética não tem lugar neste tipo de perspectiva. Em consequência, a opressão racial e a exploração de classe ficam devidamente esquecidas nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão. Esquecer isso é negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral (que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo). Esquecer isso significa não querer ver todo um processo de expropriação socioeconômica e de apropriação cultural que as classes dominantes

brancas têm exercido contra mulheres e homens negros deste país (Gonzalez, 2020, p. 249).

Suas elaborações dialogam e contribuem para questionar a concepção eurocêntrica de mulher, presente na segunda onda feminista, e aponta os equívocos de se conceber as desigualdades sexuais a partir de um padrão universal de mulher, sem levar em conta a dimensão da racialização e as experiências particulares das mulheres negras e da classe trabalhadora. Assim, Gonzalez é pioneira no Brasil na constituição de um feminismo negro e suas elaborações fomentam as bases para a chamada análise interseccional que será a marca desse feminismo a partir da década de 1990.

Gonzalez vivenciou diferentes tensões e contradições nos espaços de militância feminista e antirracista. Nestes, as mulheres negras com suas vidas dinamizadas pelas determinações de raça e de gênero, além da classe, apresentam a necessidade de ampliar as discussões, pautam as suas demandas e entram em conflito com as mulheres brancas nos espaços feministas e com os homens negros nos espaços de militância antirracistas, permeados também pelo racismo e pelo sexismo.

Para Lélia, tais conflitos são provenientes da experiência histórico-cultural comum na formação social latino-americana, na qual o racismo e o sexismo se tornam estruturais formas de exploração e opressão, tensões que em maior ou menor medida estarão sempre presentes nos espaços de atuação política das mulheres negras. Estas, ao reconhecerem e trazerem para a discussão o racismo e o sexismo, criam o feminismo negro e contribuem de maneira mais ampla com a busca

das determinações sociais que sustentam o capitalismo.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a **neurose cultural brasileira**. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (Gonzalez, 2020, p. 68, grifo próprio).

Imersa nos espaços de lutas das mulheres e negros(as) no Brasil, Lélia observou e analisou o quanto havia hierarquias no movimento negro, no movimento feminista e, certamente, nos movimentos operários liderados por homens brancos. Diante dessas hierarquizações, as mulheres negras eram sempre rebaixadas, infantilizadas e tomadas como sujeitos que não podiam falar por si. A autora escreveu sobre isso, apontando o quanto o mito da democracia racial incidiu no “esquecimento” das dimensões raciais por parte das feministas brancas e destacando a maior participação e interesse de mulheres negras em movimentos étnicos na América Latina do que nos movimentos feministas. Os conflitos enfrentados pela própria Lélia e por suas companheiras negras nos espaços de militância foram tomados por ela como expressão das contradições que atravessam a própria classe trabalhadora, que, diante da sua diversidade numa sociedade racista, é subsumida pelos mecanismos de dominação racial e sexual, internalizando-os e reproduzindo-os. Nas suas palavras:

Mas é exatamente essa participação que nos leva à consciência da discriminação sexual. Nossos parceiros do movimento

reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tentam nos excluir da esfera de decisão do movimento. E é justamente por esse motivo que buscamos o movimento de mulheres, a teoria e a prática feministas, acreditando poder encontrar ali uma solidariedade tão cara à questão racial: a irmandade. Contudo, o que realmente encontramos são as práticas de exclusão e dominação racistas [...] (Gonzalez, 2020, p. 134).

Diferentemente de outras intelectuais brasileiras que não se reconheciam feministas, como Heleith Safiotti, uma mulher branca, grande referência marxista, que produziu muitas reflexões sobre gênero e classe; ou Beatriz Nascimento, uma intelectual negra não marxista, com importantes elaborações sobre o Brasil e, em particular, sobre as mulheres negras, Lélia afirma-se como tal, coloca-se como uma feminista negra. E o feminismo negro de Lélia sempre articulou suas reflexões com base numa perspectiva de classes sociais formulada teórica e politicamente pelo marxista. Isso difere Lélia também de outras feministas negras brasileiras, que trazem uma análise de classe, numa metodologia interseccional, mas se distanciam da análise e das proposições políticas do marxismo⁶.

⁶ Por exemplo, Luiza Bairos, que tem formação nos Estados Unidos, ou Sueli Carneiro. Ambas se apresentam como feministas negras, de certa forma, discípulas de Lélia, mas se diferem dela nas suas formulações. Trazem uma análise de classes que pensa as desigualdades, mas muito mais pela perspectiva da teoria do poder, de Michel Foucault. Tendência que se segue com outras feministas negras brasileiras que têm espaço nos debates contemporâneos, como Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, entre outras.

Sem a intenção de colocar Lélia numa caixa ou enquadrá-la como marxista – como se isso fosse um rótulo, e não um movimento concreto de análise e práxis –, não nos equivocamos ao afirmar que a autora sempre pensou a categoria classe social como estruturante do sistema capitalista, portanto tomando as desigualdades e opressões como inerentes ao processo de exploração do trabalho e da acumulação do capital. Em outros termos, há uma radicalidade na forma como Lélia interpreta as desigualdades sociais que está assentada na tradição teórico-política marxista e suas elaborações enriquecem essa tradição. Enriquecimento que, se considerarmos o marxismo como um campo teórico-político em permanente construção e disputa, vem à medida que a autora nos convoca, por exemplo, a analisar com profundidade a dinâmica concreta da realidade latino-americana e suas particularidades e a não apenas internalizar e transpor elaborações teóricas formuladas desde outras realidades.

Nessa perspectiva, observamos seus esforços teóricos para elucidar o processo econômico e a totalidade das relações sociais sob as quais as mulheres negras são submetidas a particulares dimensões da superexploração e da dominação. Para a autora, o racismo e o sexismo são formas estruturais de opressão e exploração, fundamentais ao capital, mas que cria relações sociais nas quais homens e mulheres brancos(as) são privilegiados de maneira material e/ou simbólica e atuam para a reprodução das ideologias que emanam dessas relações.

[...] o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de

opressão e exploração em sociedades como a nossa (Gonzalez, 2020, p. 94).

Ao reivindicar a especificidade da mulher negra, mais uma vez, Lélia está buscando explicitar a particularidade em vista da totalidade social, pois não entende que a mulher negra pode se emancipar sem que homens negros e toda a classe trabalhadora se emancipem.

Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (Gonzalez, 2020, p. 250).

Assim, a organização e a luta das mulheres negras é, na sua concepção, a luta por todas e todos os explorados e oprimidos. Ao tomar para análise a mulher negra, suas inserções sociais e as elaborações ideológicas que procuram naturalizar a desigualdade a que está submetida, Gonzalez faz um exercício de elaboração teórica que evidencia a complexidade das contradições da realidade e suas determinações de raça, sexo e classe. Assim, mostra os mecanismos de dominação, sua internalização pela classe dominada e quanto essa internalização é necessária à reprodução do capital.

Há, portanto, uma radicalidade política em Lélia, que entende que a superação das opressões de raça e sexo e a exploração econômica de classes está vinculada à superação do modo de produção capitalista, considerando também a dinâmica imperialista que se impõe sobre a América Latina

e coloca elementos particulares às nossas lutas pela libertação. Ao refletir sobre os caminhos teóricos e políticos necessários à libertação, a autora questiona:

Então, porque não abandonar as reproduções de um imperialismo que massacra não só os povos do continente, mas de muitas outras partes do mundo e reafirmar a particularidade da AMÉRICA como um todo, sem nunca perder a consciência da nossa dívida e dos profundos laços que temos com a África? (Gonzalez, 2020, p. 137).

Como indicamos anteriormente, o feminismo negro, no qual Gonzalez se inscreve, recusa a fragmentação binária que opõem homens e mulheres de maneira homogênea, presente no movimento feminista liberal. Ao reconhecer as experiências dos homens negros diante do sistema de opressão que os subordina, inferioriza e extermina entende que não são eles os seus inimigos. Diferentemente das feministas brancas da classe média, para as mulheres negras das periferias vai além do enfrentamento ao patriarcado, e mobilizam-se na luta contra a violência policial, contra a falta de empregos, contra a fome, a falta de moradia, pelo acesso aos serviços de saúde etc. Assim, é pela solidariedade fundada na experiência histórica comum, mas também pela experiência cotidiana compartilhada diante da violência, da miséria, do medo e da necessidade de resistir que o feminismo afro-latino-americano de Gonzales aporta o horizonte de emancipação para as mulheres negras e para o conjunto das(os) exploradas(os) e oprimidas(os).

Na análise da atuação política das mulheres negras e indígenas, Gonzalez

contribuiu para a desmistificação da pretensa homogeneidade da classe trabalhadora e sua sobreposição na análise das relações de exploração e opressão, tão comum no movimento operário liderado por homens brancos. Para a autora, a atuação política das mulheres negras desenvolve maior capacidade de explicitar a diversidade e a complexidade da classe trabalhadora ao apontarem a impossibilidade compreender as relações sociais apartando ou hierarquizando suas determinações de raça e sexo.

A Amefricanidade e o feminismo afro-latino-americano por Lélia Gonzalez

Para sintetizar as lutas históricas, de mulheres e homens negros, que vêm desde o escravismo colonial, Gonzalez propôs a **categoria político cultural de amefricanidade**. E diante das relações sociais determinadas pela classe, pelo racismo e pelo sexismo, de maneira inseparável, sua proposta para a luta política pela emancipação foi a de um feminismo **afro-latino-americano**.

Para Lélia, a categoria de **Amefricanidade** expressa um processo histórico de lutas e resistências negras na diáspora. Uma trajetória que se expressa de muitas maneiras e segue potente à medida que “amefricanos” e ameríndios permanecem na construção da resistência contra o sistema vigente de exploração e dominação. Para Gonzalez, a resistência desdobra-se também com a criação do novo. “Daí a minha insistência com relação à categoria de amefricanidade, que floresceu e se estruturou no decorrer dos séculos que marcam a nossa presença no continente” (Gonzalez, 2020, p. 215). Entendemos que, com essa categoria, Gonzalez expressa a afirmação da

humanidade por negros e indígenas, por meio das diversas estratégias de disputa pelos meios materiais de sobrevivência, pelo território, pela linguagem e pelas expressões espirituais e subjetivas que deram substância à nossa formação social.

Já na época escravista ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos **quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronages e maroon societies**, espalhadas pelas mais diferentes paragens de todo o continente. E mesmo antes, na chamada América pré-colombiana, ela já se manifestava, marcando decisivamente a cultura dos olmecas, por exemplo. Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos (Gonzalez, 2020, p. 125, grifos da autora).

Analisando as diferenças entre as relações raciais nos países de colonização anglo-saxônica e os de colonização ibérica, a autora identifica que segregação racial, característica aberta dos primeiros, acaba por reforçar a identidade racial dos discriminados, enquanto o racismo velado a destrói. E observa que esse reforço na identidade racial incide na produção intelectual negra nos países onde ele ocorre, a exemplo dos Estados Unidos, onde tal produção é:

caracterizada pelo avanço, autonomia, inovação, diversificação e credibilidade nacional e internacional, o que nos remete a um espírito de profunda

determinação dados os obstáculos impostos pelo racismo dominante. Mas, como já disse antes, é justamente a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior”. A dureza dos sistemas fez com que a comunidade negra se unisse e lutasse, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista (Gonzalez, 2020, p. 120).

Para Lélia, nos países onde vigora o racismo por denegação, a força cultural apresenta-se como a melhor forma de resistência e a intelectualidade negra é sozinha, desconhecida de seus pares e não reconhecida pela intelectualidade branca. A autora observou, ainda, outra contradição no que trata das formas político-ideológicas de luta e resistência negra na América Latina: “Continuamos passivos em face da postura político-ideológica da potência imperialisticamente dominante da região: os Estados Unidos.” (Gonzalez, 2020, p. 121). Sempre atenta às dinâmicas e às mudanças nas estratégias de dominação coloniais-imperialistas e em vista das internalizações de pensamento e práticas políticas estadunidenses pela intelectualidade e militância negra brasileira, a autora problematiza tais internalizações.

Para Gonzalez, sob a dominação imperialista há a reprodução da ideologia dominante na própria concepção corrente de quem são os negros americanos, donde também passa a se internalizar as perspectivas sobre ser americano (que é o estadunidense) e afroamericano (negro dos Estados Unidos, que, por ser negro, não é tão americano assim). E os demais negros da América

Latina e Caribe, o que são? Essa é a questão de Lélia perante a dominação imperialista dos Estados Unidos nos diversos níveis acadêmicos e na própria da militância negra, chamando a atenção para as armadilhas de sua linguagem racista.

Diante disso, a categoria de **Amefricanidade** se contrapõe à reprodução dos mecanismos imperialistas de dominação e sua linguagem, entre os americanos do Sul e caribenhos. Lélia recusa o termo **afroamericano** na perspectiva de que ele é um termo restritivo e que reflete a reprodução, pelos dominados, das ideias dominantes. Ideias que naturalizam a submissão aos domínios imperialistas estadunidenses. Com **amefricanidade**, pretende desvencilhar das armadilhas linguísticas dominantes.

As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (*Amefricanity*) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). [...] Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. [...] Ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa amefricanidade que identifica na diáspora uma experiência histórica comum

que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada (Gonzalez, 2020, p. 122-123).

Para a autora, era fundamental “Resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo” (Gonzalez, 2020, p. 137). E na elaboração sobre o feminismo **afro-latino-americano**, busca sistematizar teoricamente os elementos da luta e da resistência numa categoria que explicita a potencialidade dessa unidade específica. A amefricanidade é forjada pela criação do novo, pela resistência e preservação da humanidade, empreendida pelos negros e indígenas, apesar da exploração e da violência a que foram submetidos pelo escravismo colonial e seguem submetidos pela sociedade capitalista. Assim, pensar em termos afro-latino-americanos é chamar para a luta pautada na superação de todas as formas de exploração e opressão.

Como proposta política, que expande a perspectiva da luta dos subordinados, mediando as particularidades de raça, sexo e classe, o feminismo afro-latino-americano proposto por Gonzalez pretende ir além na apreensão da dimensão estritamente econômica da superexploração e do racismo. Como uma grande pensadora latino-americana, que fazia articulações teóricas com forte imaginação sociológica e pensava com autonomia, Gonzalez abriu caminhos para avançarmos na investigação da realidade complexa e contraditória em que vivemos. Suas contribuições nos provocam a mirar profundamente as múltiplas determinações da realidade concreta, a totalidade das relações sociais, complexificando a análise em vista da relação dialética entre **raça**, **sexo** e **classe**.

Considerações finais

Nesta exposição, elencamos elementos do pensamento de Lélia Gonzalez e suas proposições teóricas e políticas que contribuem para pensarmos um diálogo crítico entre feminismo e marxismo. Intentamos refletir sobre sua contribuição para avançarmos na construção de uma teoria unitária capaz de explicitar a complexidade da realidade social com suas múltiplas e complexas dimensões. Ressaltamos também a radicalidade de Lélia Gonzalez na compreensão da práxis política necessária diante da sociedade colonial-capitalista.

Com as elaborações de Gonzalez e suas provocações à luta política, reforçamos a nossa premissa de que o racismo, estando enraizado na dominação colonialista e imperialista, exige ser situado histórica e geopoliticamente na realidade concreta sob a qual se manifesta.

O estudo da obra de Gonzalez nos ajuda a reforçar a perspectiva crítica e dialética, fundada no marxismo, a partir da qual nos debruçamos na investigação do racismo e suas diversas formas de manifestação. Formas que são o ponto de partida, que **aparecem** como singulares, individuais, fragmentadas, e só no processo de investigação das suas múltiplas determinações pode-se evidenciar a complexidade de sua relação com a reprodução da sociedade capitalista (Souza, 2020; 2021). As proposições de Lélia Gonzalez reforçam a necessidade de demarcar a análise do racismo e do sexismo e classes sociais na história e na totalidade das relações sociais. Reforça, assim, a ultrapassagem: do campo reduzido do essencialismo identitário; da

fragmentação e individualização liberal; do economicismo engessado.

A perspectiva dialética, para a qual a autora nos convoca, deve ser capaz de evidenciar as conexões dinâmicas e complexas do racismo, do sexismo e da luta de classes com a produção e reprodução da vida subordinada à forma mercadoria na sociedade capitalista. Ou seja, evidenciar as relações centradas na propriedade privada dos meios de produção e da riqueza, bem como as formas políticas e jurídicas correspondentes. Só assim pode-se explicitar as suas determinações no conjunto das relações sociais em análise.

Lélia Gonzalez nos deixou contribuições fundamentais nesse sentido e devemos ler a sua obra buscando as interlocuções possíveis, a partir do seu legado, para responder aos problemas do nosso tempo. É por isso que reiteramos a sua contribuição para a construção de um marxismo que possa avançar no desenvolvimento teórico e político de um feminismo afro-latino-americano. Seguimos, por meio de suas contribuições, na busca de uma teoria unificada⁷ e capaz de compreender a totalidade social contraditória e fomentar um programa político que vise à luta radical contra as indissociáveis formas de exploração e dominação. ■

⁷ Sobre a perspectiva da construção de uma teoria unificada, a título de indicação para posterior elaboração, também identificamos convergências das ideias de Gonzalez com as propostas das autoras que se debruçam sobre a teoria da reprodução social proposta por Lise Vogel (2022) e debatida por autoras como Tithi Bhattacharya (2019) e Cinzia Arruzza (2015).

[CRISTIANE LUIZA SABINO DE SOUZA]

Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC). Tem como foco de pesquisa: América Latina, dependência e superexploração; questão racial e questão agrária no Brasil.
E-mail: crisabino1@gmail.com

Referências

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, [s. l.], n. 23, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 5 ago. 2023.

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça:** narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=37196. Acesso em: 23 mar. 2025.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, [s. l.], n. 32, v. 1, set. 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARTAMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxismo and feminism: Towards a more progressive union. **Capital and Class**, [s. l.], n. 8, p. 1-33, 1979. Disponível em: https://web.ics.purdue.edu/~hoganr/SOC%20602/Hartmann_1979.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Estudos Feministas**, Trindade, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100012>

MILLET, Kate. **Sexual politics**. New York: Ballantine Books, 1970.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIOS, Flávia; LIMA, Marcia (org.). Introdução. **In:** GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 9-21.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina:** as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. **Revista Fim do Mundo**, Marília, v. 2, n. 4., p. 10-14, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p10-14>

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 16-35, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.301>

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.